

**entrevista
da semana**

Patricia Aldecoa
Advogada e comunicóloga



‘Decisão monocrática não significa, por si só, que seja ilegal’



WILSON GUARANA
wilton.guarana@globo.com.br

Advogada constitucionalista e comunicóloga do São Paulo, Patricia Aldecoa faz uma análise sobre a crise institucional que atinge o STF (Supremo Tribunal Federal). Membros do mais alto Corte do

Pais acabaram envolvidos em investigações do Banco Master. A proximidade de familiares ou até dos próprios ministros com o banqueiro Daniel Varvaro pode colocar em xeque as decisões. Outra ponto abordado na entrevista são a controversa Jфа de Gilmar Mendes sobre o caso “Pecunia, da até mesmo na mфia”, e a que ponto as movimentações no Poder Judiciário podem influenciar na hora de votar sobre as exaustões de depфrida federal e estadual, senador, governador e presidente no primeiro turno das eleições gerais marcadas para o próximo domingo, 4 de outubro.

RAIO-X

Nome: Patricia Aldecoa
Assinatura: 24 de agosto

A credibilidade do STF (Supremo Tribunal Federal) entrou em questão em um último acórdão em Brasília. Milhares da Corte e suas famílias manifestaram reações com Daniel Vavounis, diretor do banco Mundial, que se envolveu dizendo quanto à isenção dos julgamentos. Neste cenário, qual seria o caminho adequado para resolver esse caso?

A Constituição oferece os instrumentos para enfrentar uma situação como esta, mas é fundamental que se individualizem as condutas. Não se pode presumir que uma simples pessoa, profissional ou não, esteja cometendo, significativamente, uma infração. É necessário automaticamente uma investigação preliminar, e um mínimo é imparcialidade. Há uma série de fatores, como um político, seus familiares e uma das partes ou interessados em determinado processo, devem ser examinados sob a hipótese de que haja uma suspeita. O Código de Processo Civil estabelece situações objetivas para afastar a imparcialidade.

A independência do Judiciário é indispensável à democracia, mas isso não significa ausência de controle.

[illegible][illegible]

possibilidade de responsabilização quando houver irregularidade. É justamente por isso que, em situações envolvendo relações pessoais, familiares ou profissionais próximas de interesses submetidos ao Tribunal, a transparência precisa ser ainda maior. Não basta que o julgador seja imparcial. Para a preservação da confiança na instituição, é importante que a sociedade também possa compreender por que aquela decisão foi tomada.

No meio político há quem considere as atas, muitas vezes monocórdicas, de Almeida de Moraes como legais; outros argumentam que não o são. O ministro tem seguido estritamente a Constituição, diz-se a quem não tem a ver com o caso. Mas há quem diga que há falhas na sua condução de processo. Como corrigi-lo?

Ministro de Justiça — As monocórdicas

O impacto na credibilidade do STF é significativo, porque uma Cor

Constitucional não depende apenas da legalidade.”

[illegible][illegible]

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Diário do Grande ABC

Seção: Política Pagina: 4